

ATA N.º 01/2018

**Ata da Reunião Ordinária da
Assembleia Municipal de Cinfães,
realizada em 26 de fevereiro de 2018.**

-----Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezoito, no Salão Nobre da Câmara Municipal, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Cinfães, sob a presidência, do seu Presidente, Mário Luís Correia da Silva e como 1º secretário, Maria da Graça da Mouta Silva Reis e 2º secretário, Adozinda de Jesus Pereira, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----1. Dar cumprimento ao estabelecido nos art.ºs 33.º e 60.º do Regimento. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----1. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal. -----

-----2. Apresentação do Relatório Anual de Atividades de 2017 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cinfães. -----

-----3. Apreciação e votação das Operações de Reabilitação Urbana (ORU) preconizadas pelos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (PERU) da Vila de Cinfães, de Escamarão, da Vila de Nespereira, de Santiago de Piães e da Vila de Souselo. -----

-----4. Apreciação e votação da proposta apresentada pela Câmara Municipal para a celebração de acordos de execução de delegação legal de competências nas Juntas de Freguesias, nos termos da alínea k) do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----5. Apreciação e votação da proposta apresentada pela Câmara Municipal para emissão de declaração de interesse público municipal para a regularização de

Indústria Extrativa – “Pedreira de Tarouquela”, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**1. Dar cumprimento ao estabelecido nos art.ºs 33.º e 60.º do Regimento.**-----

-----Feita a chamada dos senhores Deputados Municipais, verificou-se que estavam presentes: -----

-----Mário Luís Correia da Silva -----

-----Maria da Graça da Mouta Silva Reis -----

-----Armando Pinto Campos -----

-----Amílcar Manuel Santos Cerveira Pinto Ferreira -----

-----Adozinda de Jesus Pereira -----

-----Carlos Alberto Pinheiro de Sousa -----

-----Juvenal Pereira Monteiro -----

-----Aníbal da Silva Rocha -----

-----Fernanda Paula de Vasconcelos Rodrigues Pereira -----

-----José Carlos Fernandes Rodrigues -----

-----Nuno Miguel Vieira Cardoso -----

-----Ana Luísa Ferreira Carvalho -----

-----António Vasco Ferreira Faria -----

-----Raquel Sofia Barbosa Vieira Barreto Ribeiro -----

-----Rui Manuel Campelo de Azevedo -----

-----Laureano Manuel Cardoso Valente -----

-----Maria Manuela de Sousa Costa -----

-----Porfírio Pinto -----

-----Vitor Manuel Pereira Fernandes -----

-----Cristiana Segadães Branco Camelo Aguiar -----

-----João Henrique de Sousa Pinto Mendes - Presidente da Junta de Freguesia de Cinfães. -----

-----João Paulino Gonçalves Amorim - Presidente da Junta de Freguesia de Espadanedo. -----

-----Constantino Conceição Ribeiro - Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Tendais. -----

-----André Filipe Gonçalves Dias Alves - Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos. -----

-----David Fernando Moreira da Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta. -----

-----Mário Durval Pinto Leitão – Presidente da Junta de Freguesia de Nespereira. -

-----Telmo Manuel Almeida Osório - Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro -----

-----Antero Fonseca Correia - Presidente da Junta de Freguesia de Santiago de Piães -----

----- Paulo Jorge Almeida Vasconcelos - Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Nogueira. -----

-----José Manuel da Silva Mourisco - Presidente da Junta de Freguesia de Souselo.

-----Felicidade Maria da Silva Santos - Presidente da Junta de Freguesia de Tarouquela. -----

-----André Filipe Resende Duarte - Presidente da Junta de Freguesia de Tendais. --

-----Carlos Manuel Santos Silveira - Presidente da Junta de Freguesia de Travanca.

-----Luís Manuel Rodrigues Pontes - Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Alhões, Bustelo, Gralheira e Ramires. -----

-----**Presenças por substituição:** Ao abrigo do número um do artigo setenta e oito da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de setembro, com as

alterações introduzidas pela Lei cinco traço A barra dois mil e dois de onze de janeiro: -----

----- - Cristina José Brochado Teixeira, em substituição de Joana Micaela Sequeira Soares. -----

-----Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes os senhores: Presidente, Armando Silva Mourisco, Vice – Presidente, Serafim Rodrigues e os Vereadores: Sónia Maria Pereira Soares, Pedro Miguel Semblano Teixeira, João Ricardo Ferreira Pinto Campos, Isabel Maria da Rocha Teles e Bruno Maciel Gouveia Rocha. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão quando eram nove horas e cinquenta minutos. -----

-----Como a ata da reunião anterior foi enviada a todos os membros da Assembleia, foi dispensada a sua leitura. Colocada à votação, foi aprovada, por unanimidade. De acordo com o nº 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo (D.L. 4/2015, de 7 de janeiro) não participou na aprovação da ata por não ter estado presente na reunião, a deputada municipal: Cristina José Brochado Teixeira. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência recebida, informando que a mesma fica à disposição de todos os senhores deputados que a queiram consultar. -----

-----De seguida fizeram intervenções os seguintes deputados municipais: -----

-----**Telmo Manuel Almeida Osório - Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro** referiu que finalmente vai ficar resolvido o processo de construção de uma garagem em Boassas, compromisso assumido pela câmara Municipal da reunião de 23/06/1997, como contrapartida pela cedência de uma parcela de terreno para alargamento do Largo de Boassas. -----

-----**Laureano Valente**, em relação à questão da falta de lâmpadas nas aldeias de

Vila de Muros e Enxidrô, informou que o problema está praticamente resolvido, faltando apenas substituir algumas. -----

-----Referiu que a limpeza dos terrenos está a criar uma pressão terrível sobre as pessoas, tendo em consideração a data limite de quinze de março para o cumprimento de tal obrigação. Não se percebe que os proprietários tenham tão pouco tempo para fazer o serviço, quando uma grande parte não reside no concelho pelo que não terá possibilidade, de uma forma imediata, de resolver o problema. A mão de obra para este tipo de trabalhos não abunda, verificando-se ainda que muitas pessoas com pequenas reformas para limparem uma diminuta propriedade terão de despende dessa reforma e ficarão sem medicamentos e outros bens essenciais. Solicitou ao Presidente da Câmara na qualidade de Presidente da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa para alertar as entidades governamentais da necessidade de prolongar o prazo para a resolução destes problemas. -----

-----**Constantino Conceição Ribeiro - Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Tendais** solicitou esclarecimentos sobre a atribuição de uma habitação, sita na freguesia, a uma família que está desenraizada e que passa o tempo no café. --

-----Referiu que o Governo, através do Ministério do Ambiente, está a lançar o programa “Economia Circular” que poderá ter interesse para algumas freguesias na adoção de medidas para beneficiar o planeta, sendo apoiado até vinte e cinco mil euros. -----

-----Tendo em consideração as dificuldades de mobilidade das pessoas que utilizam os autocarros para a zona alta do concelho, reclamou a colocação de uma paragem de autocarros junto ao Centro de Saúde de Cinfães, uma vez que a atual fica situada no centro da vila. -----

-----Louvou a Câmara pelo apoio à economia local demonstrado na inauguração do entreposto comercial de produtos agrícolas destinado à exportação para mercados

internacionais. -----

----- **João Henrique de Sousa Pinto Mendes - Presidente da Junta de Freguesia de Cinfães** referiu que cerca de cinquenta proprietários de edifícios sitos na Vila de Cinfães foram notificados pela empresa Águas do Norte para procederem à ligação dos caleiros à rede de águas pluviais considerando que estão ligados à rede de águas residuais. Acontece que não existe rede de águas pluviais e foi a Câmara Municipal de Cinfães que fez as ligações à referida rede, no ano de 2007. -----

-----Referiu ainda a necessidade de se proceder ao alargamento do cemitério municipal de Cinfães e chamou a atenção para a correta manutenção deste espaço considerando o estado atual do mesmo. -----

-----**José Carlos Fernandes Rodrigues** disse que a limpeza dos matos é um assunto preocupante tendo em conta a dificuldade de identificar os proprietários de alguns terrenos. O próprio Estado, nomeadamente a Infraestruturas de Portugal, que sabe onde são as suas propriedades, ainda não começou a fazer este trabalho, não podendo por isso imputar só responsabilidades aos cidadãos. -----

-----Referiu ainda que os deputados nacionais deveriam ter mais algum cuidado na legislação que produzem como foi o caso da recente lei de permanência de animais de companhia em estabelecimentos de restauração, situação que poderá provocar alguns conflitos. -----

-----Deu os parabéns ao Executivo Municipal pelo apoio à instalação de um entreposto comercial no centro empresarial de Cinfães, sendo de registar o movimento que se verifica nesta zona industrial devido à quantidade de indústrias aí instaladas. -----

-----**Amílcar Cerveira Pinto**, questionou o Executivo sobre a estratégia que irá adotar, a partir do dia quinze de março, em relação aos proprietários que não cumprirem a lei de limpeza dos terrenos. Existem situações bastante dúbias que

podem fazer com que a correção do mal possa agravar o problema. Deve haver uma estratégia concertada entre as autarquias por forma a disponibilizar os meios para que a gestão dos resíduos seja tratada convenientemente. A solução do problema não poderá passar pela queima dos resíduos com a consequente libertação de carbono para a atmosfera. -----

-----Perguntou ainda qual a estratégia do Município de Cinfães para a captura de carbono, uma questão ambiental e premente, que foi assunto das negociações da “Cimeira de Paris”. -----

-----**Telmo Manuel Almeida Osório - Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro** referiu que o Governo criou uma medida extraordinária para a manutenção de postos de trabalho nas empresas afetadas pelos incêndios. De igual modo deveria criar legislação para colocar beneficiários do RSI e alguns reclusos na limpeza dos terrenos públicos, considerando que as juntas de Freguesia não têm verbas suficientes para fazer face a estes encargos. -----

-----**Presidente da Câmara**, abordando algumas questões colocadas pelos senhores deputados municipais, informou o seguinte: -----

----- - Requalificação do acesso e Largo de Boassas – Ao fim de muitos anos o atual Executivo Municipal, em colaboração com a Junta de Freguesia de Oliveira, vai cumprir o acordo celebrado com o proprietário e realizar as respetivas obras. ----

----- - Habitações sociais – A atribuição de habitações sociais cumpriu com a legislação em vigor, tendo-se verificado que não existiram candidatos da freguesia de Ferreiros de Tendais para este tipo de habitações. -----

----- - Paragem de autocarro – Voltará a insistir junto da empresa transportadora para iniciar o percurso para o alto do concelho junto do Centro de Saúde, considerando a justeza da reclamação e porque no local já existe uma paragem de autocarro. -----

----- - Recolha de lixo – Em janeiro de 2018, o lixo depositado no ecocentro aumentou 21% em relação a janeiro de 2017. Há mais lixo porque existe mais consumo, mas também há muito incumprimento por parte da população, apesar das inúmeras campanhas de sensibilização realizadas. O Município de Cinfães adiou até ao máximo a aplicação da tarifa de recolha de resíduos, mas terá de ser cobrada de acordo com a legislação em vigor e regulamento que está em elaboração. -----

----- - Águas pluviais – A Câmara Municipal tem responsabilidade neste caso por não ter ainda uma rede de águas pluviais devidamente eficaz até à zona de Paúves. Será um projeto caro, que é preciso desenvolver em conjunto com a reformulação das redes de abastecimento de água, saneamento, infraestruturas elétricas e telecomunicações. Os particulares também têm culpa pelas ligações indevidas que fizeram à rede de saneamento. No caso concreto da ligação dos caleiros à rede de águas pluviais na Vila de Cinfães, caso se verifique a culpa do Município, o assunto será analisado em conjunto com a empresa Águas do Norte para se encontrar uma solução para o problema. -----

----- - Cemitério municipal – Está previsto no plano plurianual de investimentos do Município a ampliação do cemitério municipal, no entanto, não será uma obra urgente considerando a capacidade que ainda existe. Quanto à manutenção do mesmo irá averiguar, uma vez que dois funcionários são suficientes para manter o espaço limpo e asseado. -----

----- - Entreposto comercial – Estão vendidos mais seis lotes na zona industrial de Cinfães. O entreposto comercial, inaugurado recentemente, é muito importante para o concelho de Cinfães porque é uma entidade com vocação exportadora permitindo a escoação dos produtos a um preço justo. -----

----- - Limpeza de terrenos / Gestão de combustível – Depois das tragédias que aconteceram no último ano, o Governo não teria muitas outras soluções para impor

regras. Está-se a procurar fazer em quatro meses aquilo que não se fez ao longo de muitos anos. Antigamente, com a pequena agricultura, os terrenos estavam limpos. Hoje estão abandonados, cheios de vegetação, não sendo feita a devida gestão através da compostagem. O Estado não está isento de culpas porque ao longo dos últimos quarenta anos não fez bem o seu papel, tanto na prevenção como no combate. Os municípios podem ser culpados por não terem desempenhado na perfeição as suas obrigações e os proprietários porque não procederam à limpeza dos seus terrenos. Todos pactuaram e agora estão com receios e preocupados. A GNR está no terreno para identificar as propriedades que não são limpas, sendo aplicada uma coima e feita a limpeza coerciva com o devido pagamento independentemente dos rendimentos dos proprietários. Apesar das reclamações dos Municípios e das Comunidades Intermunicipais, o Governo atirou tudo e depressa para cima das autarquias locais que não têm meios técnicos e financeiros para resolver o problema. Atualmente está a decorrer uma campanha de sensibilização para que as pessoas procedam às respetivas limpezas e só posteriormente será feita uma intervenção municipal. O Município de Cinfães tem duas equipas de sapadores florestais que estão a proceder à limpeza dos espaços públicos de acordo com um plano previamente definido. -----

-----**Amílcar Cerveira Pinto** disse que existem questões relacionadas com a libertação de carbono para a atmosfera que vai criar efeito de estufa e provocar alterações climáticas ao nível do planeta. O futuro tem de ser precavido, hoje temos de pensar como é que vamos agir amanhã por forma a contrariar estas questões. A economia circular é um planeamento dos recursos que temos e daquilo que precisamos para o futuro contrariando as questões nocivas para o ambiente. -----

-----Referiu ainda que deverá existir critério na limpeza da floresta, selecionando as espécies a cortar, bem como uma estratégia intermunicipal para a execução de um

plano mais abrangente a todos os concelhos. -----

-----Sugeriu o aproveitamento das águas pluviais para rega de jardins e espaços agrícolas. -----

-----Referiu também que deverá ser contrariada pedagogicamente a ideia de que o lixo separado para reciclagem é posteriormente todo junto no aterro, porquanto esta situação não será verdadeira. -----

-----**Presidente da Assembleia Municipal** referiu que se está a verificar uma má prática de utilização do progresso. A invenção dos nitratos e dos fosfatos evitou a que se cortem os matos para compostagem como também o aparecimento das botijas de gás evitou que se vá buscar lenha aos pinhais. A lei deve ser cumprida, mas não está a ver Ministros, Secretários de Estado e Diretores Gerais, serem alvos de processos pelo não cumprimento da lei nos espaços públicos, com a consequente aplicação de coimas ao próprio estado. -----

-----Sugeriu ainda a utilização dos bombeiros para a realização de pequenas queimadas localizadas como meio de prevenção dos incêndios. -----

-----**Presidente da Câmara** referiu que percebe as preocupações e as dificuldades, mas esta situação não poderia continuar, porque cada ano que passa o risco de incêndio é maior. A nível da Comunidade Intermunicipal está a estudar-se a criação de gabinetes técnicos florestais intermunicipais, equipas de sapadores florestais intermunicipais e novas equipas de intervenção permanente. -----

-----Esclareceu ainda que os serviços, sempre que existe a possibilidade, têm a preocupação do aproveitamento das águas pluviais, como por exemplo sucede no perímetro urbano da Vila de Cinfães para a rega dos jardins. -----

-----**Porfírio Pinto** referiu que, no âmbito da sua atividade profissional, reuniu com os serviços florestais do município, tendo constatado a grande dificuldade em cumprir esta lei, feita muito à pressa. Um proprietário com uma pequena reforma que

não tenha meios financeiros para limpar os terrenos, pode ficar com os bens ou terrenos penhorados pelas finanças. -----

-----**Presidente da Câmara** concorda que o prazo para proceder à limpeza dos terrenos é curto, mas nada poderia ficar igual porque morreram mais de cem pessoas.

-----Prestou alguns esclarecimentos sobre a legislação que obriga à limpeza de terrenos no espaço de 50 metros das habitações, 100 metros das aldeias e 10 metros das estradas. Estas medidas já surtiram efeito porque já há muito terreno limpo e muita casa protegida. -----

-----**Constantino Conceição Ribeiro - Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Tendais** recordou o processo de criação da Cooperativa Agrícola de Pimeirô – Senhora da Serra no tocante às dificuldades de arrendamento dos terrenos, tendo-se conseguido a criação de um rebanho de cabras e ovelhas que têm mantido os terrenos mais ou menos limpos. É preciso inverter políticas e apoiar os pequenos ruminantes porque um bom rebanho, além da riqueza que gera, limpa os caminhos e os terrenos, e cria empregos. -----

-----**Laureano Valente** referiu que antigamente os terrenos eram limpos porque havia muita gente nas aldeias e pouca terra, hoje acontece o contrário - muita terra e pouca gente. -----

-----Defendeu que os técnicos deveriam deixar os gabinetes e vir gratuitamente para o terreno prestar os devidos esclarecimentos e ajudar as pessoas nestes assuntos relacionados com a floresta, porquanto o Estado também tem obrigações de apoiar. --

-----Disse ainda que os estudos que defendem que uma central de biomassa não é viável economicamente esquecem que poderá não dar lucro no imediato mas ao proporcionar o aproveitamento dos resíduos está a investir a médio e a longo prazo na floresta, está a produzir riqueza diretamente no futuro. Pelo contrário para os particulares terá de ser sempre viável, mesmo que o terreno não dê rentabilidade terá

de ser limpo. -----

-----Recordou os desabamentos de terra que aconteceram na zona da Ribeira de Tendais provocados pelos aquedutos da E.N. 321 sem que até hoje o Estado tenha assumido qualquer responsabilidade. A população continua em risco porque as águas não são desviadas. -----

-----O *Presidente da Câmara* referiu que muitas das propostas apresentadas deverão ser reportadas ao sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas com o intuito da legislação ser melhorada. -----

-----Em relação ao desabamento de terras na zona de Aguilhão e Vila de Muros que se verificou à alguns anos atrás, referiu que no passado cometeram-se muitos erros por falta de planos de ordenamento, situação que se tem procurado melhorar com mais planeamento. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal.** -----

-----Não existiram intervenções neste ponto da Ordem do Dia. -----

-----Este assunto foi presente somente para conhecimento da Assembleia, não havendo lugar a deliberação. -----

-----**2. Apresentação do Relatório Anual de Atividades de 2017 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cinfães.** -----

-----*Maria Beatriz Branco Pereira Camelo dos Santos*, na qualidade de Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cinfães, fez a apresentação pormenorizada do Relatório Anual de Atividades de 2017. -----

-----Este assunto foi presente somente para conhecimento da Assembleia, não havendo lugar a deliberação. -----

-----**Ausentou-se da reunião o deputado municipal, Luís Manuel Rodrigues**

Pontes - Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Alhões, Bustelo, Gralheira e Ramires. -----

-----**3. Apreciação e votação das Operações de Reabilitação Urbana (ORU) preconizadas pelos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (PERU) da Vila de Cinfães, de Escamarão, da Vila de Nespereira, de Santiago de Piães e da Vila de Souselo.** -----

-----O *sr. Presidente da Câmara* informou que na sequência da deliberação em reunião ordinária da Câmara Municipal de Cinfães no dia 18 de maio de 2017, foram submetidos a discussão pública as Operações de Reabilitação Urbana preconizadas pelos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana da Vila de Cinfães, de Escamarão, da Vila de Nespereira, de Santiago de Piães e da Vila de Souselo, pelo período de vinte dias, contados cinco dias após a data da publicação do aviso no Diário da República. O Aviso foi publicado no Diário da República no dia 18 de setembro de 2017 (Aviso n.º 10696/2017, 2.ª série — N.º 180). -----

-----Considerando que não foram apresentadas reclamações, observações ou sugestões, durante o período de discussão pública, a versão final das Operações de Reabilitação Urbana preconizadas pelos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana da Vila de Cinfães, de Escamarão, da Vila de Nespereira, de Santiago de Piães e da Vila de Souselo foi aprovada pela Câmara Municipal na reunião realizada em 15 de fevereiro de 2018. -----

-----Em relação às Áreas de Reabilitação Urbana (ARU's) aprovadas, referiu que falta a Operação de Reabilitação Urbana preconizada pelo Programa Estratégico de Reabilitação de Boassas, uma vez que foi aprovada depois das outras e que oportunamente será submetida à consideração da Assembleia Municipal. -----

-----Referiu ainda que estes planos estratégicos são um mecanismo de ordenamento do território e necessários para as candidaturas aos fundos comunitários

para regeneração urbana. A elaboração destes planos obedece a vários critérios legais, está previsto investimento público e privado nas referidas áreas, sendo de realçar ainda que os proprietários de prédio urbanos (ou frações de prédios urbanos) ficam habilitados a um conjunto de benefícios fiscais, como por exemplo: IMI, IMT, IRS e taxa reduzida do IVA nas empreitadas de reabilitação urbana. -----

-----**Amílcar Cerveira Pinto** apresentou uma comunicação do seguinte teor: -----

-----“*Quero elogiar a vontade e a visão estratégica, do executivo quando decidiu valorizar e qualificar as zonas urbanas aqui, hoje, apresentadas.* -----

-----*A região irá, no futuro, agradecer-lhes.* -----

-----*Mas temos de tomar atenção às contradições.* -----

-----*Atualmente, no Douro, o nível de exigência do turista que o percorre é bastante elevado. Se o pretendemos atrair e cativar temos de ter atuações coerentes e não contraditórias.* -----

-----*Vejam os:* -----

----- - *Não percebo que haja a preocupação de dar tanta qualidade ao projeto do Parque de Lazer de Pias (e bem) e, por outro lado, se aceite e conviva com os barracos adjacentes. Será que o mesmo se irá passar nestes novos planos?* -----

----- - *Não acredito no que os meus olhos observam quando, de dia para dia, surgem: vedações horríveis, entulheiras, poluição dos rios (Cabrum, Bestança, Sampaio e Paiva), lixos, depósitos de pneus na natureza e ribanceiras deste concelho nada se fazendo para os remover ou evitar.* -----

----- - *Não entendo que se continue a fechar os olhos à contínua disseminação dos famosos anexos às habitações (vulgo barracos) sem projetos e sem qualquer autorização. Feitos de materiais que agridem, seriamente, a paisagem (e que é o que se "vende" ao turista além de outras é claro) e que colocam o interesse, (o vosso e o nosso) de incremento do setor turístico, como alavanca do emprego e da economia,*

em causa. -----

-----*Neste ritmo, muitos mais projetos de qualificação e recuperação serão necessários no futuro e, logicamente, mais gastos desnecessários. É evidente se formos a tempo e ainda valer a pena.* -----

-----*Pergunto:* -----

-----*1- Sabem porque vem o turista visitar o vale do Douro? Decerto não vem ver água nem barcos pois, onde reside também há. Claro que são as nossas paisagens plantações e vinhedos que tornam este rio peculiar.* -----

-----*2- Porque não há a necessária vigilância nem a pedagogia adequada que permita preservar e valorizar as margens deste rio valioso que é Douro?* -----

-----*É preciso:* -----

----- *- mais projetos de preservação e valorização do nosso património cultural, arquitetónico, paisagístico e ambiental;* -----

----- *- dar o devido andamento a planos de recuperação urbana, como o da aldeia de Boassas que, não quero crer esteja a ser propositadamente esquecido, já que não figura na agenda desta sessão;* -----

----- *- apoiar os proprietários, tecnicamente e pedagogicamente, de forma a evitar intervenções desenquadradas e contrárias aos interesses turísticos do vale do Douro.”* -----

-----*O Presidente da Câmara*, em relação aos “barracos” no espaço envolvente ao Parque de Lazer de Pias, referiu que, desde sempre, lembra-se de os ver no local. Muitos Executivos têm passado pela Câmara Municipal e casos de clandestinidade há muito tempo que deveriam ter sido denunciados. Todas as denúncias de clandestinidade: obras ou atentados urbanísticos, não ficam na gaveta, são encaminhadas para os serviços técnicos e de fiscalização que têm atuado em conformidade. No entanto, nem sempre é fácil resolver estas questões, por artefactos

jurídicos, os processos arrastam-se por muitos anos. -----
-----Disse que o Município de Cinfães tem feito uma aposta forte na área do turismo e na promoção do território, sendo de destacar alguns projetos concretizados e a concretizar: -----
----- - circuitos ribeirinhos, Parque de Lazer de Pias, Parque Fluvial do Km 10 em Travanca, requalificação do Cais de Escamarão e instalação do Bar no Cais de Porto Antigo; -----
----- - Centro de Interpretação Ambiental do Vale do Bestança; -----
----- - Parque de Campismo e Caravanismo de Mourilhe; -----
----- - circuitos de observação com passadiços, varandins e entradas e saídas em todas as aldeias ribeirinhas, na frente ribeirinha do Douro; -----
----- - observatórios de natureza na Senhora do Castelo, Marcelim e Aveloso, o Centro de BTT do Montemuro na Gralheira, o monte das Coroas em Ferreiros de Tendais; -----
----- - projeto Serpa Pinto Discoveries; -----
----- - obras de beneficiação de alguns circuitos e colocação de passadiços para ligar alguns pontos de observação da natureza, com o intuito de melhorar as condições de visitação. -----

----- **João Henrique de Sousa Pinto Mendes - Presidente da Junta de Freguesia de Cinfães** solicitou esclarecimentos sobre o facto de no Plano Estratégico de Reabilitação Urbana da Vila de Cinfães não constar a recuperação da Casa da Tulha.

-----O **Presidente da Câmara** referiu que o Município não tem possibilidades económicas para recuperar todo o património municipal. Ao abrigo deste Programa de Reabilitação na Vila de Cinfães foram executadas obras no pavilhão desportivo e estão previstas obras na Piscinas Cobertas, Paços do Concelho, Casa dos Outeirinhos e nas Ruas de Santa Bárbara e Conselheiro Martins de Carvalho. A Casa da Tulha

não é uma prioridade devido à localização, custos elevados para a requalificação e falta de projetos para o local, contudo, caso existam projetos para o local e financiamentos vantajosos, o programa poderá ser alterado e incluir mais alguns edifícios. -----

-----Referiu também que estes planos estiveram em discussão pública, não tendo havido uma única proposta de alteração de qualquer cidadão ou autarca. -----

-----Foi deliberado, por unanimidade, aprovar as Operações de Reabilitação Urbana (ORU) preconizadas pelos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (PERU) da Vila de Cinfães, de Escamarão, da Vila de Nespereira, de Santiago de Piães e da Vila de Souselo. -----

-----*Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.* ----

-----**4. Apreciação e votação da proposta apresentada pela Câmara Municipal para a celebração de acordos de execução de delegação legal de competências nas Juntas de Freguesias, nos termos da alínea k) do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.** -----

-----O *Presidente da Câmara* informou que, para cumprimento da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo Municipal na reunião de 15/02/2018 aprovou por unanimidade, a Minuta de Acordo de execução de delegação de competências nas Juntas de Freguesia e submetê-la, nos termos disposto na alínea m) do n.º 1 da mesma norma legal, à Assembleia Municipal para efeitos de autorização de celebração do respetivo contrato, em conformidade com o preceituado na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, considerando que: -----

-----*“O Município de Cinfães possui uma extensa área de vias e espaços públicos, para melhor servir a população do concelho;* -----

-----*Os espaços verdes existentes e o mobiliário urbano que embelezam o espaço público, muito contribuem para o bem-estar da população em geral, mas cuja*

manutenção e reparação exige uma intervenção constante; -----

-----A rede escolar do Município de Cinfães é vasta e necessita de constantes intervenções para manter o nível de qualidade e garantir as condições necessárias ao bom desempenho no processo de ensino aprendizagem; -----

-----É convicção deste Município de que as Freguesias do Concelho de Cinfães garantem uma prestação serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados; -----

-----A avaliação relativamente à execução dos protocolos de delegação de competências celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho de Cinfães em anos anteriores se revelou francamente positiva; -----

-----De acordo com o disposto nas alíneas a) e d) do n.º 2 do artigo 23º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios têm atribuições nas áreas dos equipamentos rural e urbano e da educação, e que as câmaras municipais, em conformidade com o disposto na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I da mesma Lei, têm competências para criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados por lei, sob administração municipal; -----

-----Considerando, ainda, que, -----

-----Cabe às câmaras municipais, por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do mesmo artigo 33º, discutir e preparar com as juntas de freguesia acordos de execução das competências que lhe forem delegadas ao abrigo do disposto no artigo 132º do anexo I daquela Lei.” -----

----- João Henrique de Sousa Pinto Mendes - Presidente da Junta de Freguesia de Cinfães referiu que o Executivo Municipal resolveu aumentar em cerca de cento e setenta mil euros os valores de delegação de competências nas Juntas de Freguesia

do concelho. Este aumento não se refletiu na freguesia de Cinfães, antes pelo contrário foi a única que perdeu verbas face aos anos anteriores porque a Câmara, na fórmula que utilizou, retirou o perímetro urbano da freguesia e a população aí residente. No entanto, verifica-se que a área do perímetro urbano da Vila de Cinfães não corresponde a 190 hectares, mas sim a 150 hectares, contemplando ainda 14 hectares da freguesia de São Cristóvão de Nogueira, que deveriam ter sido retirados desta freguesia, juntamente com a população aí residente. -----

-----Questionou ainda se, nas freguesias de Nespereira e Souselo, onde existem também perímetros urbanos, foi adotado o mesmo procedimento. -----

-----**Constantino Conceição Ribeiro - Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Tendais** agradeceu o aumento da verba atribuído à freguesia de Ferreiros de Tendais mas continua a ser muito pequena para fazer face às inúmeras carências como por exemplo a falta de saneamento, abastecimento de água e melhoria de alguns acessos para os seguintes locais: -----

- Caminho da carreira Chã – Covelas, cerca de 30.000,00€ -----
- Caminho do Outeiro – Ruivais, cerca de 12.000,00€ -----
- Caminho Leiras – Ribalapa, cerca de 12.000,00€ -----
- Caminho do Cancelo – V. B. de Baixo, cerca de 12.000,00€ -----
- Caminho da Barroca/Campo da Igreja – Pimeirô, cerca de 15.000,00€ -----
- Caminho do Campo de Vila Boa à estrada – Rebolfe, cerca de 12.000,00€ -----
- Fundo do povo à estrada – V. B. de Cima, cerca de 15.000,00€ -----
- Caminho dos Cabeços ao Sobrado – Ruivais, cerca de 14.000,00€ -----

Para além destes caminhos que são importantes para desbloquear a circulação, existem muitos outros caminhos que precisam de beneficiação, chafarizes, tanques, pelo que, para execução desses trabalhos é necessário uma ajuda extraordinária que ronde cerca de 150.000,00€. O concelho terá de ser solidário para com as freguesias

de alto do concelho e com menores recursos de modo a diminuir as desigualdades. --

-----O *Presidente da Câmara* referiu que, embora não seja obrigatório por lei, a Câmara Municipal de Cinfães, ao longo dos anos, tem feito acordos de execução e protocolos com as Juntas de Freguesias, transferindo para estas autarquias locais importâncias significativas. Para o corrente ano o valor total dos acordos foi aumentado, tendo passado de setecentos e cinquenta mil euros para novecentos e noventa mil euros. O Município de Cinfães percebe que o trabalho tem de ser feito em parceria, não basta só fazer grandes obras é preciso resolver problemas concretos que levem qualidade de vida às pessoas e o parceiro ideal para isto são as Juntas de Freguesia. Compreende que cada Presidente de Junta de Freguesia queira o melhor para a sua freguesia, mas devem também perceber que o dinheiro não abunda sendo necessário muito rigor na aplicação do mesmo. -----

-----Em relação às questões levantadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Cinfães, esclareceu que os dados que serviram de base para o cálculo foram retirados de documentos oficiais, no entanto está disponível para reunir e analisar outros dados. O perímetro urbano de Cinfães não envolve área e população da freguesia de São Cristóvão de Nogueira. Aos perímetros urbanos de Souselo e de Nespereira não foi aplicado o mesmo procedimento porque o tratamento dos espaços públicos nestas Vilas é feito pelas Juntas de Freguesia e na Vila de Cinfães é feito pela Câmara Municipal. -----

-----Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta para a celebração de acordos de execução de delegação legal de competências nas Juntas de Freguesias, nos termos da alínea k) do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----*Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.* ----

-----**5. Apreciação e votação da proposta apresentada pela Câmara Municipal para emissão de declaração de interesse público municipal para a regularização**

de Indústria Extrativa – “Pedreira de Tarouquela”, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

-----O *Presidente da Câmara* informou que a Câmara Municipal, na reunião de 15/02/2018, aprovou a proposta para emissão de declaração de interesse público municipal da indústria extrativa “Pedreira de Tarouquela”, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, de Conceição Couto Unipessoal, Lda, com sede no Caminho do Campo de Jogos, n.º 1300, Barroco 4690-695 Tarouquela. -----

-----Esclareceu ainda que este processo é apresentado no âmbito do regime extraordinário de regularização de explorações de pedreiras, tendo a empresa em causa mudado a sede social para o concelho de Cinfães. -----

-----**Juvenal Monteiro** referiu que este processo foi iniciado no ano de 2017, quando na altura desempenhava as funções de Presidente da Junta de Freguesia de Tarouquela. -----

-----Considerou justo o reconhecimento de interesse público municipal por se tratar de uma empresa que extrai inertes na freguesia há mais de trinta anos e criou alguns empregos. A pedra de “Tarouquela” já é reconhecida no mercado nacional, graças a esta empresa. -----

-----Foi deliberado, por maioria, abstenção de Amílcar Manuel Santos Cerveira Pinto Ferreira, considerar de interesse público municipal a indústria extrativa em causa “Pedreira de Tarouquela”, explorada pela empresa Conceição Couto, Unipessoal, Ld.^a, conforme informação dos Serviços Técnicos e Jurídicos e proposta da Câmara Municipal. -----

-----*Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.* ----

-----O deputado municipal Amílcar Manuel Santos Cerveira Pinto Ferreira declarou que se absteve por não compreender que a legislação preveja que uma

indústria extrativa seja considerada de interesse público. Baseado ainda no parecer técnico, com esta situação há benefício em termos de emprego e também por a empresa ter mudado a residência fiscal para Cinfães. -----

-----O *sr. Presidente da Assembleia Municipal* leu a minuta da ata que continha os pontos a exigir reconhecimento legal para efeitos imediatos, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

-----ENCERRAMENTO: - Sendo treze horas e quarenta e cinco minutos, foi encerrada a reunião e dela se lavrou esta ata que vai ser assinada, depois de aprovada.

